



SOBERANIA ALIMENTAR NA EUROPA, JÁ!

Nyeleni Europa 2011: Fórum Europeu para a Soberania Alimentar

Krems, 21 de Agosto

A Europa está a sentir os primeiros ajustes estruturais que os governos estão a impor às suas populações, que até agora só tinham sido impostos a outras regiões, especialmente às do Sul, tudo isto com o único interesse de salvar o capitalismo e aqueles que dele beneficiam (bancos privados, grupos de investimento e multinacionais). Os sinais fazem pensar que num futuro próximo estas políticas anti-sociais estender-se-ão e tornar-se-ão mais duras. As primeiras manifestações gerais para advertir os sistemas económicos e os governos que nos conduziram a este cenário já começaram e dão – com criatividade e energia – as alternativas dos movimentos sociais Europeus ao modelo de agricultura global, que é o reflexo do sistema capitalista que o criou.

Os sistemas alimentares foram reduzidos a um modelo de agricultura industrializada, controlada por um pequeno número de multinacionais do sector alimentar, juntamente com um pequeno número de grandes distribuidores. É um modelo desenhado para obter lucro, que por isso falha completamente as suas obrigações. Em lugar de se dedicar à produção de comida que seja saudável, justa e boa para as pessoas, tem o seu foco na produção de monoculturas para agro combustíveis, rações para animais e plantações industriais. Por um lado, causou uma enorme perda de plantações agrícolas e das pessoas que nelas tinham o seu meio de subsistência, enquanto por outro lado promove uma dieta que é prejudicial à saúde e que contém insuficiente quantidade de fruta, vegetais e cereais.

O modelo industrial de produção actual está dependente dos recursos finitos de químicos e combustíveis fósseis; não reconhece os limites de recursos como a terra e a água; é responsável por dramáticas perdas de biodiversidade e fertilidade dos solos, contribui para as alterações climáticas; força milhares de pessoas a ter empregos onde não lhes são reconhecidos os seus direitos fundamentais; contribui para a deterioração das condições de trabalho de agricultores e trabalhadores, em particular os emigrantes. Afasta-nos de um relacionamento sustentável e respeitador da natureza. Explorando e tratando a terra desta forma, é a principal causa da pobreza e fome rurais de mais de um bilião de pessoas em todo o mundo (como está agora a acontecer no Corno de África). Em resultado disto, provoca emigração forçada, enquanto produz um excesso de comida industrial, que acaba sendo deitada ao lixo, ou levada para mercados fora da Europa, destruindo a produção local.

Esta situação é o resultado das políticas alimentares, financeiras, comerciais e energéticas, que os nossos governos, a UE (especialmente através da sua Política Agrícola Comum), instituições multilaterais e financeiras, bem como multinacionais, têm vindo a impor. Os exemplos incluem as políticas de desregulamentação e liberalização dos mercados agrícolas e a especulação nos alimentos.

Mudar a direcção deste sistema alimentar disfuncional só será possível através de uma reorientação completa das políticas e práticas alimentares e agrícolas. É vital redesenhar o sistema alimentar baseado nos princípios de Soberania Alimentar, particularmente na Europa, e fazê-lo agora.

Como consequência, mais de 400 pessoas de 34 países europeus desde o Atlântico até os Urais e Cáucaso, do Ártico ao Mediterrâneo, bem como representantes internacionais de vários movimentos sociais e organizações da sociedade civil, reuniram-se de 16 a 21 de Agosto em Krems, na Áustria para dar um passo em frente no desenvolvimento de um movimento europeu para a Soberania Alimentar. Estamos a construir sobre os alicerces da Declaração do Nyeleni 2007, Fórum para a Soberania Alimentar, que reafirmou o quadro internacional para a Soberania Alimentar - o direito dos povos de definirem democraticamente os seus próprios sistemas alimentares e agrícolas, sem prejudicar outras pessoas ou o ambiente.

Existem já hoje inúmeras experiências e práticas quer a nível local, quer a nível regional e europeu, que são baseadas na Soberania Alimentar e que demonstram como ela pode ser aplicada.

Somos pessoas que partilham valores baseados nos direitos humanos. Queremos a livre circulação de pessoas, e não a livre circulação de capital e mercadorias que contribui para a destruição dos meios de subsistência das populações, e em consequência força muitos a emigrar. O nosso objectivo é a cooperação e a solidariedade em oposição à concorrência. Comprometemo-nos a recuperar a nossa democracia. Todas as pessoas devem estar envolvidas em todas as questões de interesse público e na formulação de políticas públicas, decidindo colectivamente como organizar os nossos sistemas alimentares. Isto exige a construção de sistemas e processos democráticos, livres de violência e influências corporativas, com base na igualdade de direitos e igualdade de género, que também conduza à abolição do sistema de patriarcado.

Muitos de nós são jovens que representam o futuro da nossa sociedade e das nossas lutas. Queremos que a nossa energia e criatividade tornem o nosso movimento mais forte. A fim de fazê-lo, devemos ser capazes de participar no sistema de fornecimento de comida e sermos integrados em todas as estruturas e decisões.

Estamos convencidos de que a Soberania Alimentar não é apenas um passo em frente rumo a uma mudança nos nossos sistemas alimentar e agrícola, é também um primeiro passo para uma mudança mais ampla nas nossas sociedades. Para isso, comprometemo-nos a lutar por:

Mudar a forma como os alimentos são produzidos e consumidos

Estamos a trabalhar em sistemas de produção de alimentos resistentes, que servem de alimento saudável e seguro para todos os povos da Europa, ao mesmo tempo que preservam a biodiversidade e os recursos naturais e garantem o bem-estar animal. Isto requer modelos ecológicos de produção e de pesca, bem como uma infinidade de pequenos agricultores, jardineiros e pescadores de pequena escala que produzem alimentos locais, constituindo a espinha dorsal do sistema alimentar. Nós lutamos contra a utilização de OGM e pelo crescimento e recuperação de uma grande diversidade de variedades não-OGM de sementes e raças de animais nesses sistemas. Promovemos formas sustentáveis e diversificadas de cultura alimentar, em particular o consumo de produtos locais e sazonais de alta qualidade, e não alimentos altamente processados. Isso inclui um menor consumo de carne e produtos animais, que devem apenas ser produzidos localmente e alimentados localmente sem elementos OGM. Dedicamo-nos a reabraçar e promover o conhecimento da culinária e do processamento de alimentos através da educação e partilha de competências.

Mudando a forma como o alimento é distribuído

Trabalhamos no sentido de descentralizar as cadeias alimentares, promovendo mercados diversificados baseados na solidariedade e em preços justos, cadeias de abastecimento curtas e intensificação do relacionamento entre produtores e consumidores da cadeia alimentar local, combatendo a expansão e poder dos hipermercados. Queremos a criação de locais onde as pessoas possam ter os seus próprios sistemas de distribuição alimentar e que permitam aos agricultores produzir e processar alimentos para as suas comunidades. Isto requer regras de segurança alimentar de apoio e infra-estruturas locais para os pequenos agricultores. Trabalhamos para garantir que os alimentos que produzimos chegam a todas as pessoas da sociedade, incluindo pessoas com poucos ou nenhuns recursos.

Valorização e melhoria das condições sociais e de trabalho dos sistemas alimentar e agrícola

Lutamos contra a exploração e a degradação das condições sociais, do trabalho e pelos direitos de todas as mulheres e homens que fornecem alimentos, bem como os dos trabalhadores sazonais e emigrantes dos sectores

de processamento, distribuição, venda e outros. Trabalhamos no sentido de encontrar políticas públicas que respeitem os direitos sociais, definam padrões elevados e que condicionem o financiamento público à implementação integral destes direitos e padrões. A sociedade deve dar maior valor ao papel dos produtores e trabalhadores do sector alimentar na sociedade. Para nós, isso inclui um nível aceitável de salários. O nosso objectivo é construir amplas alianças entre todas as pessoas que trabalham no sistema alimentar.

Reivindicar o direito ao Bem Comum

Opomo-nos e lutamos contra a mercantilização, economização e patenteamento dos nossos bens comuns como: a terra, as sementes de agricultores, sementes tradicionais e reprodutíveis, as raças de gado e as populações de peixes, as árvores e florestas, a água, a atmosfera e o conhecimento. O acesso a estes recursos não deve ser determinado por mercados e dinheiro. Ao utilizar recursos comuns, temos de assegurar a realização dos direitos humanos e da igualdade de género, e garantir que eles beneficiem a sociedade alargada. Também reconhecemos a nossa responsabilidade em usar os nossos Bens Comuns de uma forma sustentável, respeitando os Direitos da Mãe Terra. Os nossos Bens Comuns devem ser geridos através do controlo comunitário colectivo e democrático.

Mudar as políticas públicas que regem os nossos sistemas alimentar e agrícola

A nossa luta inclui a mudança das políticas públicas e das estruturas que regem os nossos sistemas alimentares - a partir do nível local para o nível nacional, europeu e global - para deslegitimar o poder corporativo. As políticas públicas devem ser coerentes, complementares e promover e proteger os sistemas e as culturas alimentares. Eles devem basear-se no direito à alimentação, erradicar a fome e a pobreza, assegurar o cumprimento das necessidades humanas básicas e contribuir para a Justiça Climática - na Europa e globalmente. Precisamos de quadros legais que garantam preços estáveis e justos para os produtores de alimentos; que promovam a agricultura ecológica, internalizem os custos externos nos preços dos alimentos e implementem a reforma agrária. Estas políticas resultarão em mais agricultores na Europa. As políticas públicas devem ser concebidas com a ajuda de estudos responsáveis para alcançar os objectivos acima enunciados. Eles devem garantir que qualquer especulação com os alimentos seja proibida e que nenhum dano é infringido aos actuais sistemas e culturas alimentares locais ou regionais, quer por *dumping* quer por expropriação de terras na Europa, em particular na Europa Oriental e no Sul Global. Trabalhamos em criar novas políticas internacionalmente justas para a agricultura, a alimentação, as sementes, a energia e o comércio, segundo os princípios da Soberania Alimentar. Estas devem incluir, em particular: uma Política Agrícola e Alimentar diferente, a eliminação da Directiva Europeia sobre Biocombustíveis e o controlo do comércio agrícola internacional através da FAO e não da OMC.

**Apelamos aos povos e aos movimentos sociais da Europa a participar, juntamente connosco, em todas as nossas lutas para tomar o controlo dos nossos sistemas alimentares, e
Construir o Movimento pela Soberania Alimentar na Europa, JÁ!**